

O Terrorismo Transnacional e a Ordem Internacional*

Armando Marques Guedes

Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Mais do que um simples sumário das várias comunicações apresentadas na Conferência Internacional sobre **O Islão, o Islamismo e o Terrorismo Transnacional**, que teve lugar no Instituto da Defesa Nacional, este artigo aborda algumas das questões suscitadas por acontecimentos internacionais recentes. Tenta fazê-lo de uma perspectiva construtivista. Analisa, assim, com algum pormenor os processos de desumanização radical recíproca em que tanto a al-Qaeda como vários dos líderes norte-americanos se têm empenhado. Discute, depois, ponderando-os, os papéis preenchidos pelos vários Estados e pelas sociedades civis (as nacionais e a “internacional”) na mobilização de correntes de opinião pública relativamente à invasão Aliada do Iraque levada a cabo sob a égide dos Estados Unidos. O ponto focal mantém-se poisado nos papéis da oratória e da retórica na política internacional contemporânea, e nas disputas pelo seu controlo.

Abstract

More than simply summarize the various communications presented in the International Conference on Islam and Islamic and Transnational Terrorism which took place at the Instituto da Defesa Nacional, this paper addresses some of the issues raised by recent international events. It attempts to do so from a constructivist perspective. Thus, it looks in some detail at the mutually-reinforcing processes of radical de-humanization of enemies in which both al-Qaeda and some US leaders have been engaging. It then discusses and ponders the roles played by States and by civil societies (national as well as “international”) in the mobilization of international strands of public opinion concerning the US-led Allied invasion of Iraq. The focus, throughout, is on the role, and on the struggle for control, of oratory and rhetorics in contemporary international politics.

* Comunicação final do Seminário sobre O Islão, o Islamismo e o Terrorismo Transnacional, realizado a 2 e 3 de Abril de 2003, no Instituto da Defesa Nacional.

1.

Mais do que apenas uma memória terrível e um acontecimento dramático que o tempo vai fazendo receder para a relativa neutralidade de um estatuto asséptico de facto histórico, o 11 de Setembro transformou-se num símbolo. É hoje um metáfora: para o grosso das pessoas e dos Estados ocidentais, representa os perigos das novas ameaças que se perfilam num linha desfocada de horizonte que “a névoa da guerra” e a imprevisibilidade do futuro não nos deixam ver com nitidez.

A situação em que desde então vivemos tendemos a sentir como um encurralamento: por um lado, não há sombra de dúvida que temos de presumir que a 11 de Setembro de 2001, Osama bin Laden teria utilizado armas de destruição maciça se as tivesse. Sabemos que vários grupos (o al-Qaeda é apenas um deles) estão a tentar obter esse tipo de armas, ou já as têm. Se e quando as tiverem, devemos supor por um lado, usá-las-ão. Precavermo-nos contra menos do que isso envolveria assumir um risco inaceitável para os que estão em quaisquer posições de responsabilidade. As probabilidades de essa ameaça às cidades, às sociedades, e aos cidadãos ocidentais se concretizar, não nos podem deixar parados: o perigo da iminência de um drama em larga escala é provavelmente tão grande hoje como alguma vez o foi durante a Guerra Fria, de tão má memória. Bem ponderadas as coisas, a impressão com que ficamos é a de que vivemos numa espécie de nova “crise dos mísseis de Cuba” mais abrangente e muitíssimo mais difusa, translúcida e experienciada como que em câmara lenta: de maneira dolorosamente prolongada. Um efeito de terror, *stricto sensu*.

As ameaças não provêm só de agrupamentos terroristas islâmicos; não vêm apenas de grupos que, em nome de uma religião espalhada um pouco por toda uma faixa que separa o Norte do Sul do planeta, tentam avançar agendas políticas globais. Há obviamente outros focos de perigo, num Mundo a que a globalização reduziu a escala e no qual diminuiu as distâncias. Mas, neste momento pelo menos, tudo se passa como se os islamistas fossem únicos: os riscos que em simultâneo se mostram mais iminentes e menos ponderáveis estão claramente focados nestes grupos que invocam o Islão para recrutar aderentes, para forjar alianças, e até para tentar legitimar as suas acções e métodos. Também nisso reside uma tensão. Para além das vítimas potenciais que atingiram e ameaçam atingir no Ocidente, esses agrupamentos terroristas vitimizam também (e fazem-no muito mais do que simbolicamente) a larguíssima maioria dos muçulmanos do Mundo, em cujo nome alegam falar e cuja religião efectiva e decerto indevida e incongruentemente, desviaram e mantêm cativa.

Fazer frente a estas ameaças (às reais e às apenas temidas) é o grande desafio do nosso tempo. Para a nossa geração é o equivalente de ir encontro das agressões do Kaiser, das *blitzkrieg* de Hitler, ou do expansionismo de Stalin e etc. que, de 1949 a 1990, Harry Truman, os sucessores, e os seus aliados na Europa, tiveram de enfrentar.

Aos inimigos reais a confrontar acrescenta-se um “medo fundamental” nem sempre bem fundamentado. Os muçulmanos dirão ao que esta ameaça é para eles equivalente, nos termos da sua história recente: mas para as novas gerações que professam a religião islâmica, o terrorismo “em seu nome” constitui decerto um desafio que não é menor do que aquele em que defrontaram as potências europeias nas lutas duras anti-coloniais pela sua auto-determinação, frente aos soviéticos e à invasão do Afeganistão, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e na Chechénia, ou nas duras confrontações que tiveram (e têm) contra os nacionalismos étnicos que o fim da ordem internacional bipolar acendeu na antiga Europa de Leste. Também aqui há um “medo fundamental” a ser suscitado, desta feita num outro sentido.

No que se segue irei tentar delinear um quadro muito geral relativo a uma parte daquilo que, nas duas últimas tardes, foi afluído neste Seminário. Não vou repetir o que antes foi dito e defendido; não vou sequer resumi-lo, nem vou tentar contrapor-lhes quaisquer explicações alternativas. Fazer uma qualquer destas coisas redundaria inevitavelmente numa simplificação e numa perda de tempo. Mais do que um balanço, aquilo que vou tentar é dar outra demão.

A minha conjuntura de referência será a da “*war against terror*” de que fala o Presidente norte-americano, George W. Bush. Para efeitos deste Seminário, interessa-me pouco apurar qual o significado preciso a dar a tal expressão. Far-lhe-ei alusão sempre contra o pano de fundo da ordem internacional. A minha finalidade primeira é a de tentar esboçar um levantamento de uma das dimensões mais importantes e menos focadas dessa guerra pelo futuro e pelo controlo da ordem internacional, que insisto em perspectivar no quadro, muitíssimo mais lato, em que ela tem lugar: o dos processos em curso de globalização.

Quero começar por resumir de forma sucinta aquilo que sobre isso vou dizer, a este muito alto nível de inclusividade. Mais do que quaisquer verdadeiras reconfigurações pluralistas da ordem internacional liberal, uma ordem hoje em dia (depois do fim da ordem bipolar) bem assente¹, parece-me que estamos neste momento a presenciar

1 Ou, pelo contrário e se se preferir, para lá da cristalização de uma eventual hegemonia unipolar norte-americana, mais ou menos imperial, que alguns dizem estar em instalação.

um conjunto de alterações, por substituição, do “uni-multipolarismo” que se seguiu ao “momento unipolar” consubstanciado pela primeira Guerra do Golfo de 1991. Mais que à vitória quer de um pluralismo, quer de um sólido unipolarismo, por outras palavras, quero argumentar que estamos perante pequenos-grandes *movimentos de reajustamento* de forças no interior da ordem “uni-multipolar” existente.

O que quero rapidamente aqui abordar, prende-se com um dos patamares, ou uma das camadas, dessa substituição: com as tensões a que têm estado sujeitas as forças, complexas e muitas vezes antinómicas², que subtendem o processo em curso de globalização. Forças que, seguindo Benjamin Barber, apelidarei, respectivamente, *Jihad* e *McWorld*. Interessar-me-ão, sobretudo, questões relativamente “etéreas” (mas nem por isso menos importantes, bem pelo contrário), questões de natureza *discursiva*.

Dessas, detenho-me em particular em duas: primeiro, nalgumas das barreiras discursivas erigidas, que inviabilizam quaisquer verdadeiros diálogos entre as partes envolvidas de maneira mais directa nesta Terceira Grande Guerra, a primeira verdadeira Guerra Mundial. Em segundo lugar, nos antípodas disso, interessar-me-ei também pela emergência, imponente e visível, de um espaço colectivo e “global” de diálogo público internacional sobre questões políticas que a todos dizem respeito. Num como noutro caso, serei breve e ater-me-ei tão-só ao nível indicativo: limito-me a ilustrar, a traço grosso, algumas das linhas de força do que refiro. Mantenho sempre em vista a ordem internacional, que afecta aquilo a que vou aludindo e que, por seu turno, é por isso afectada. Concluo com generalidades e perguntas.

2.

Quero, brevemente, começar por dissecar aqui algumas das formas discursivas³ utilizadas na contenda, por um lado e por outro, por “nós” e por “eles”. Limitarei, nestes meus comentários, a uns poucos dos discursos oficiais. E irei começar por restringir as minhas alusões e exemplos ao período logo após o 11 de Setembro, para depois por meio

2 Forças que, no seguimento daquilo que Benjamin Barber (1996) apelidou *Jihad* e *McWorld*, discuti em artigos anteriores, que arrolo na bibliografia do presente artigo.

3 Não quero deixar aqui de reconhecer o enorme prazer que me deu a releitura, no contexto em que hoje vivemos, do estupendo livro de Edmund Leach (1977) sobre o terrorismo e as representações que sobre os seus agentes construímos.

de uma comparação com o presente, melhor poder pôr em realce a direcção da evolução das coisas nos últimos anos.

O meu ponto é o seguinte: no período imediatamente subsequente ao 11 de Setembro havia escondido, e medrava na sombra, um segundo discurso, mais ou menos oculto, resguardado por debaixo ou por detrás, se se preferir, do discurso oficial de então. Tratava-se de um discurso formado por um outro conjunto de asserções, encadeadas umas nas outras de maneira muito *sui generis*. Era uma enunciação oblíqua que contradizia, de forma implícita e indirecta (e por isso porventura mais insidiosa), os termos das formulações narrativas “politicamente correctas” que publicamente eram então defendidas. Constituía uma espécie de discurso paralelo, clandestino e impensado, de que porventura os actores envolvidos não tinham sequer plena consciência. Um discurso que (no caso que irei esmiuçar) deu corpo a um conjunto de representações que uma das partes, a personificada por Osama bin Laden e pelos *taliban*, de maneira menos visível, advogava (como de resto lhe convinha e decerto continua a convir): representações de acordo com as quais estaria e está, de facto, em curso um *Clash* entre “o Ocidente” e “o Islão”.

O curioso é que se tratou de um conjunto de representações que, pública e ostensivamente, a outra parte, personificada pelo Presidente George W. Bush, enfaticamente repudiava: essa mesma ideia, a que antes aludi, de que estaria a ocorrer uma guerra cultural. A esse nível “subterrâneo”, por assim dizer, desse discurso paralelo, ambas as partes pareceram concordar quanto ao retrato que fizeram da situação: estaríamos, efectivamente, perante um conflito civilizacional que o ataque perpetrado em Manhattan se teria limitado a tornar evidente.

Gostaria de ser explícito e dar um exemplo concreto. Quero argumentar que há representações implícitas de “alteridade”, semelhantes entre si, em muitos dos discursos entretidos pelos líderes políticos nos *media* quanto à situação em curso. Um ponto ao qual vou dedicar alguns minutos, no que se segue deste artigo. Uma rápida salvaguarda: como é evidente, não pretendo sugerir uma qualquer comparação entre George W. Bush, o Presidente eleito de um país democrático aliado, e Osama bin Laden, o líder auto-proclamado de um agrupamento terrorista brutal. Sem sombra de “equiválências morais” (um exercício que tanto ética como politicamente me agradaria pouco) limito-me a comparar algumas das asserções relacionais de Bush com as de bin Laden.

De forma muito rápida e sucinta, quereria enunciar duas séries, enumerar dois conjuntos de declarações, que todos lemos e ouvimos dia a dia, asserções profusamente

repetidas nos jornais e nas televisões⁴. Oíamos primeiro o que, nessa época de que infelizmente todos decerto nos lembramos bem, dizia o porta-voz das vítimas, o Presidente George W. Bush: os membros do al-Qaeda, são *“evil-doers, enemies of all civilization”*, ver-se-ão *“smoked out of their holes and caves”*, juntos e com persistência e paciência conseguiremos *“get them running”*, e serão inexoravelmente *“hunted down”*.

Era difícil ser-se mais claro. Isolar imagens-chave deste tipo, circunscrever aquelas que formam o que é, sem sombra de dúvida, o núcleo duro deste tipo de discurso, torna-o, creio eu, mais transparente: sem embargo do facto de que muitos dos esconderijos eram de facto em cavernas, o que estava a ser levado a cabo nestas asserções era uma primitivização e uma quasi-animalização performativa do adversário, dois temas típicos das representações do Outro tradicionais em agrupamentos modernos e desenvolvidos⁵, ou que como tal se consideram.

Note-se que a relação, que neste discurso é postulada como a apropriada, entre “nós” e “eles” é a configurada como *uma relação hierárquica entre um caçador e uma presa*. E emerge como uma representação que é decalcada sobre o modelo abstracto de (ou que em todo o caso estipula como seu paradigma idealizado) *uma relação de predação*. As alusões tácitas são muito nítidas e inequívocas, julgo eu, para a maioria dos ouvintes e para o grosso das audiências destes discursos.

Ouçamos agora aquilo que repetidamente afirmou Osama bin Laden⁶, o porta-voz dos agressores: os norte-americanos são *“egotistical”*, são *“arrogant and evil unbelievers”*, no fundo dão corpo ao *great Satan* contra o qual há que lutar. Temos que combatê-los, insistiu o chefe da al Qaeda, porque *“the world is divided into two sides”*: e nomeou-os, a esses dois lados: *“the side of believers and the side of infidels, may God protect you from them”*. E concluía, com algum fatalismo: *“the winds of faith have come”*.

4 Dada a utilização profusa que destas frases e imagens é levada a cabo, e já que não tenho informação quanto ao contexto exacto e pormenorizado da sua primeira utilização (nem em todo o caso me parecer ser esse um dado relevante) não ofereço aqui quaisquer detalhes quanto aos contextos precisos de enunciação destas representações. Foram todas, no entanto, ouvidas em *prime time* e tiveram por isso seguramente vários biliões de pessoas como “receptores”.

5 Processo, aliás, a que o Presidente Bush parece muitíssimo atreito, já que desde então os tem repetido em profusão. E não apenas como peça de oratória política estilística e inócua: também os prisioneiros *taliban* em Guantanamo seriam uma espécie de “animais”, não se encontrando, por isso, protegidos pelo Direito Internacional e caído, designadamente, fora da alçada da Terceira Convenção de Genebra.

6 As citações das asserções de bin Laden que aqui utilizo são traduções para a língua inglesa de originais em árabe. Não conheço as suas intervenções nessa língua, e não as entenderia caso as conhecesse. Não deixa de ser óbvio que se tratou de transposições de um universo semântico para um outro muito diferente, um tipo de processo em que muitíssima informação é sempre (e mais ou menos subtilmente) alterada e alguma pura e simplesmente perdida. Nestes exemplos, porém, essa parece-me ser uma questão marginal e pouco consequente.

Se olharmos, por um segundo, para as imagens-chave e para o núcleo duro que em termos semânticos elas constróem, verificamos que também este discurso, em todo o caso mais explícito do que o de Bush (ainda que seja metafórico de maneira mais complexa) se torna relativamente transparente: o que estava a ser produzido é *um conglomerado de flashes e representações do Outro enquanto uma espécie de entidade espiritual maligna*.

Note-se, uma vez mais, que a relação que, desta feita é neste discurso postulada como a apropriada entre “nós” e “eles”, se configura como uma relação de combate sem tréguas; como contenda empreendida com vista à liquidação, ao extermínio, de um adversário que conosco entretém uma relação hierárquica *também de predação, mas em que “nós” somos as eventuais presas*. Mais uma vez a mensagem era muitíssimo clara: tratou-se de uma demonização minuciosa, por sua vez típica de agrupamentos místico-religiosos marcadamente exclusionários que se consideram detentores, proprietários por direito inerente, ou representantes, de uma verdade encarada enquanto modalidade de “correção político-cosmológica”.

Podemos neste ponto, creio eu, ensaiar um rápido e fácil balanço das mensagens então (há já quase dois anos) expressas a este nível implícito de comunicação. Em termos mais genéricos, queria sublinhar que o primeiro conjunto de asserções, as de George W. Bush, *sub-humanizavam* o adversário; as segundas, as de bin Laden, *des-humanizavam-no*. Estamos perante construções-alusões simbólicas semelhantes mas não idênticas, parecidas mas diferentes⁷.

Antes de passar a um outro ponto, vale decerto a pena levar a cabo um rápido “*updating*”, um “*refresh*”, ou um “*actualizar*”, por assim dizer, daquilo que acabei de cartografar a traço grosso. Desde o 11 de Setembro até agora este tipo de discurso a dois níveis tem-se mantido. Do lado de George W. Bush, e embora o Presidente norte-americano faça também uso de muitas outras categorizações, têm sido constantes (e largamente comentadas) as alusões e referências bíblicas⁸, e a utilização (muitas vezes com alguma *gaucherie*)

7 Para formas alternativas (ou melhor, complementares, pelo menos do ponto de vista funcional) ver os exemplos dados por Edmund Leach (1977, *op. cit.*), a respeito dos dispositivos discursivos de construção-elaboração de representações des-humanizantes dos adversários, designadamente retratos circunscritos por ocidentais de adversários terroristas. A recorrência deste tipo de temas indicia estarmos perante um processo de construção de imagens de alteridade violenta e a-normativa que é de longa duração. Não tenho conhecimento de quaisquer estudos quanto à construção de uma imagética árabo-semítica que seja estrutural e funcionalmente equivalente; não tenho porém dúvidas sobre a sua existência e permanência.

8 Muitos analistas têm vindo a reparar nisto. Ater-me-ei a um só exemplo. Para uma curta e iluminada série de comentários recentes sobre este tipo de escolhas discursivas, ver o curtíssimo artigo do cientista político espanhol F. Vallespín (2003).

de expressões como a de “cruzada”, “missão”, ou “eixo do Mal”. A “*final struggle between Good and Evil*” redundaria numa “*infinite justice*” (o nome de início proposto para a intervenção levada a cabo no Afeganistão). Para um Bush cristão revivalista renascido, os Estados Unidos, como “*God’s own country*”, estarão idealmente posicionados para a dispensar. Os suspeitos do al-Qaeda presos em Guantánamo não estariam sob a alçada da Terceira Convenção de Genebra, não só por não se tratar de soldados ou mercenários, mas por serem “animais”.

Do lado de bin Laden e, numa curiosa colagem discursiva, na oratória recente do laico Saddam Hussein, *mutatis mutandis*, a permanência dessa duplicidade discursiva parece ser uma regra imutável do jogo. América seria o “grande Satã”, as forças norte-americanas “demoníacas”, mas a “intervenção divina” significará uma vitória final inevitável. Com uma religião tão avessa a antropomorfizações e espiritismos como a muçulmana, a diversidade destes modos de expressão depressa se torna escassa. Mas resta sempre o recurso a imagens e metáforas histórico-cosmológicas cuja alusividade simbólica (e portanto cuja força ilocucionária) é enorme: “com a ajuda de Deus”, “os crentes” tratarão de “levantar as suas espadas” contra “os infieis não-crentes” e as “mães chorarão os filhos que irão ser esfolados vivos e dados de comer aos animais do deserto”. Como Saddam afirmou na sua comunicação televisiva ao Mundo a 24 de Março de 2003, “com a ajuda de Deus todo-poderoso” e animados pelo “espírito do *jihād*” iremos “causar enorme sofrimento” às “forças maléficas” que estão no Iraque.

Talvez possamos agora puxar o fio à meada a esta última questão que acabei de aflorar. Vivemos num mundo de informação. O poder *soft* das palavras, das molduras ideacionais, das conceptualizações que uns aos outros comunicamos, não são de subestimar. São forças eficazes. São formas de poder: de um poder cuja alçada é hoje global⁹. Ainda que isto seja trivial e óbvio, não será talvez despiciendo equacioná-lo rápida e indicativamente. Mesmo quando não manipuladas em contextos propagandísticos, ou quando são meros erros táticos e deslizes (como é manifestamente o caso nos exemplos que dei relativos às invectivas de George W. Bush, que me parecem fazer o jogo do

9 O que, como é evidente, se aplica tanto à acção comunicacional e aos discursos mantidos nos palcos internacionais como a quaisquer outros domínios sociais de utilização da linguagem. Para uma visão pormenorizada, ainda que de certa maneira incipiente, daquilo que chamou *soft power*, ver o excelente artigo de Joseph S. Nye (1992), numa boa tradução portuguesa de um capítulo de um livro que este cientista político publicou em 1990 sobre as mudanças, então sensíveis, no poder político exercido pelos norte-americanos no Mundo. O tópico tem sido retomado por Nye em todas as suas publicações posteriores.

agressor) trata-se de ideias que delimitam os “quadros” em que pensamos, julgamos, avaliamos, tomamos decisões. São representações que, mesmo as implícitas (porventura *sobretudo* as implícitas), *formatam o que vemos*. E aquilo que nos está a ser dado, o que nos está a ser comunicado ou inculcado nos discursos de ambos os lados, nas formas discursivas e narrativas neles subjacentes, oblíquas e clandestinas, utilizadas para repetir as metáforas a que atrás recorri, é talvez pior que a imagem reificada de um Choque de Civilizações *à la* Huntington.

E é, sobretudo, totalmente contrário ao modelo idealizado de um qualquer diálogo pluralista de culturas, já que *delineia, a traço forte, uma visão radical e irredutivelmente polarizada do Outro*, como um Outro que estamos condenados a confrontar e a defrontar. Vale decerto a pena insistir um pouco neste ponto. Tanto des-humanizações como sub-humanizações estão para além de serem construções nocionais insultuosas. São operações que erigem e propagam uma caracterização factualmente incorrecta, que somos infelizmente por vezes tentados a fabricar, sobre aqueles nossos interlocutores cujos comportamentos e atitudes nos parecem grosseiramente descabidos e intratavelmente anómalos. Redundam em gestos de recusa. Ou seja, visam desqualificar, de maneira veemente e de forma irreversível, as pessoas que de nós se distinguem de maneiras que, por uma ou outra razão, consideramos radical e terminantemente inaceitáveis: e fazemo-lo naturalizando as diferenças que, postula-se, delas nos separam¹⁰.

O que é claramente o caso nestes dois exemplos que dei. E o que não deixou de ter um preço, ético e político. Mas, aqui, também um preço *estratégico*. Porque pior que o simples facto de se tratar de agressões verbais e de representações empiricamente erradas, o acto de remeter os outros para o domínio genérico do “não-humano” condena-nos a nunca os podermos vir a compreender. O que é grave: torna-os seres e agentes opacos, quando muitas vezes é para nós uma questão de vida ou morte o entendê-los, ainda que seja para assim melhor os combater¹¹.

10 Ambiguidades e incongruências representacionais deste tipo parecem-me, para usar uma frase feita, hoje muito em voga, formar parte do problema com que temos de lidar e não parte da sua solução. A um nível mais alto de generalidade é claro porquê. São ruídos que não contribuem em nada para o urgente esbater de diferenças e a sua tolerância. Servem, menos ainda, como quadros conjunturais capazes de promover um qualquer diálogo. E curiosamente, pelo menos num dos casos (o dos discursos da Administração norte-americana), esta estranha ambivalência (melhor, esta duplicidade discursiva) que tentei trazer à luz parece-me insidiosamente ter constituído (e continuar a fazê-lo) uma parcela (decerto indesejada) do jogo do agressor.

11 É, aliás, apenas neste quadro que podemos entender a curiosa ausência de uma qualquer reivindicação num tipo de ataque, como o do 11 de Setembro, em que por via de regra as organizações terroristas fazem questão

3.

Contrasta, ou pelo menos contrasta aparentemente, com esta irredutibilidade discursiva a suposta emergência (por que muitos anseiam e aplaudem) de um novo espaço de diálogo nos palcos internacionais: o que pelo menos um autor chamou “o desenvolvimento de um novo *forum* público a nível global relativo a questões de governação global”¹². Será esse o caso? Estaremos de facto perante movimentos na direcção oposta ao da irredutibilidade a que acabei de aludir? Movimentos centrípetos e não centrífugos? *McWorld* em vez de *Jihad*?

Vale a pena equacionar a versão mais *hard* e bem fundamentada das que conheço que advogam estar tal tipo processo em curso. Trata-se de uma leitura em grande parte habermasiana. As suas alegações são simples. O que os debates que surgiram em todo o Mundo depois do 11 de Setembro indiciam é a cristalização de um espaço comunicacional partilhado a nível planetário. Os debates veementes pró e contra a recente invasão do Iraque, diz-se, vieram tornar essa evidência incontornável. Numa versão menos *partisanne* desta hipótese, não estão em causa quaisquer colorações político-ideológicas para esse espaço em formação acelerada: o que é de realçar é a enorme amplificação a que, nos *fora* de opinião, se têm visto sujeitos. As inúmeras Cimeiras e “cimeiras alternativas” dos últimos anos foram só um aperitivo; *agora a figura do “público internacional” foi posta em marcha*.

Para os proponentes deste tipo de discurso, já não era sem tempo. Os processos de globalização, queixam-se, são gravemente “deficitários” em termos de controlo institucional. Ao que acrescerá uma notória “falta de regulamentação” que, alegam, torna a ordem internacional melhor concebível como *um tipo de desordem*. De nada serve, porém, que disso não gostemos ou que, pelo contrário, o possamos aprovar com convicção:

de gritar bem alto a sua autoria do feito, para com isso ganhar dividendos em termos de propaganda e recrutamento: depois da manhã do 11 de Setembro, o silêncio gritou-nos que devíamos ter medo, porque o inimigo era invisível e porque recusava qualquer tipo de interlocução conosco. Como escreveu Thomas Risse (2000: 15), num contexto mais abstracto relativo ao problema de *agency-structure* na teoria das relações internacionais, “*meaningful communication require that actores see at least some room for cooperation with their interaction partners and, thus, wish to overcome a world of sheer hostility*”, o que claramente parece não ser o caso no exemplo que forneci.

12 A expressão [tradução minha] é de Joan Subirats (2003), um professor catalão de Ciência Política na Universidade de Barcelona, num artigo de opinião publicado no *El País*. Em Portugal, Adriano Moreira tem sido arauto de uma perspectiva pelo menos aparente e superficialmente semelhante, uma perspectiva que toma a “opinião pública internacional” como um “novo actor”, que se terá “começado por afirmar no caso de Timor” e com o qual “se tem doravante de contar”.

na ausência de dispositivos institucionais e de modelos ideais sobre aquilo que queremos, estamos condenados a uma mera contemplação passiva das transformações globais que vão acontecendo. A política tradicional, atida aos Estados, não consegue já dar conta das novas realidades globais. Não tem para ela nem para eles conceitos que nos permitem decidir sobre a sua eventual desejabilidade ou indesejabilidade. Há por isso que a substituir. Mas não sabemos como¹³.

Segundo Habermas, numa interpretação famosa, a opinião pública burguesa ter-se-á formado, no século XVIII britânico e centro-europeu, em jornais, “clubes”, cafés, salões de chá e associações literárias, culturais e recreativas variadas. A sua sedimentação foi lenta e progressiva, por camadas e restrita a apenas alguns. A opinião pública internacional estaria hoje em dia a ser formatada, de uma maneira muitíssimo mais rápida e socialmente generalizada, pelos jornais, pela televisão e pela Internet.

De acordo com esta narrativa, o seu trajecto é conhecido. Depois de uma longa pré-história, teve um dos seus primeiros grandes arranques com a música *rock*, que depressa deu a volta ao Mundo. Passou por movimentos cívicos de contestação em finais dos anos 60 (tanto na Europa como nos Estados Unidos) e cristalizou com as imagens da Queda do Muro de Berlim e da derrocada das ditaduras da Europa de Leste, vistas, sentidas e aplaudidas em toda a parte e em tempo real.

Com a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 e com a Primeira Guerra do Golfo em 1991, descobriu-se, via CNN. A MTV e os seus clones depressa vieram substituir a música *rock* da geração anterior. O fim da ordem bipolar acelerou-lhe efectivamente o passo. Uma opinião pública internacional cada vez mais coesa e intrincada (e também cada vez mais compósita) foi-se coagulando com o Massacre de Santa Cruz em Timor, com a Bósnia-Herzegovina, em reacção às brutalidades sérvias no Kosovo, e em Timor-Leste.

13 Foi a pensar em conjunturas semelhantes que Jürgen Habermas (1989, original de 1962, e 1996) desenvolveu a sua teorização da “acção comunicacional”: as relativas à ascensão da “burguesia” na Europa central de finais do século XVIII, e aquela em que, nos anos 60 e 70 do século XX, emergiu uma opinião popular consensual a reagir contra os regimes comunistas de Leste. Habermas, famosamente, argumentou que o processo veio à tona em termos de uma cada vez maior disjunção entre os *lifeworld* (*Lebenswelt*) em que viviam e pensavam as pessoas e os domínios dos poderes instituídos, os domínios dos Estados. Baseados em princípios de “igualitarismo” e “persuasão”, estes *lifeworlds* subjectivos contrastariam profundamente com a natureza hierárquica e coerciva do poder. Para Habermas, sociedades civis seriam a expressão institucional dos *lifeworlds* privados em que vivem e interagem os actores sociais, uma vez que estes começam a partilhá-los, e portanto eles se tornam públicos. Seriam as mais verdadeiras expressões dos *demos*. E estas sociedades civis, estes *demos*, iriam, no essencial, sendo produzidos pelos “diálogos” entre aqueles actores sociais mais motivados e activos que, em “espaços públicos” comuns, começam a encontrar referenciais comunicacionais partilhados.

O 11 de Setembro foi vivido como um momento verdadeiramente global: “*we are all American*”, “*nous sommes tous des Américains*” foi a frase que correu o planeta¹⁴. Cimeiras como as de Davos, Durban e as dos G-7, e Cimeiras Paralelas como as de Campo Alegre, manifestações em Seattle, Quebec City, Goteburgo, Praga e Florença foram catalizadoras. Agora, com a Segunda Guerra do Golfo, os palcos instalados dos novos espaços públicos de opinião global são visíveis um pouco por toda a parte. Estaremos perante uma espécie de parto definitivo de uma *demos* global que desde há alguns anos estaria em gestação. Ou pelo menos estaremos face ao seu crescimento desenfreado: o espaço público cresce diariamente a olhos vistos.

Note-se, de momento, que este modelo por muitos defendido (e quanto ao qual mantenho algumas dúvidas de pormenor, e apenas de pormenor, que aliás irei suscitar) não exige que tenha de haver quaisquer concordâncias naquilo que vai coalescendo na nova esfera pública. O que importa é que se comecem a verificar debates globais. Haverá seguramente posições alternativas quanto a temas semelhantes e até variações sobre esses temas. O que conta, porém, é que comece a surgir um sujeito colectivo cujas discussões e decisões se vão sedimentando a um nível cada vez mais universal.

É claro que é fundamental que se vá constituindo um *corpus* comum, um “léxico”, um repertório, e uma “sintaxe”, um nexos, largamente partilhados. Sem esses referenciais comuns não há interlocuções nem diálogos. Mas, insisto, não tem de haver nenhuma coincidência de pontos de vista; nem, aliás, convém que haja, sob pena de nos repetirmos *ad nauseum* sem nunca conversar. O que conta, repito, é a emergência de uma esfera pública, de um efeito de diálogo, de um espaço comunicacional partilhado. Numa versão mais maximalista, é útil, para a abertura desse espaço ter eficácia, que aquilo que conte sejam opiniões, sem que nem a legitimidade dos interlocutores que se revelem ser eventuais opositores seja posta em dúvida. Aquilo que há a apurar e assegurar é o estabelecimento de regras consensuais de “racionalidade argumentativa”¹⁵.

14 Num eco intertextual claro com o “*Ich bin ein Berliner*” de John F. Kennedy. A frase terá tido início nos títulos garrafais da primeira página do jornal francês Le Monde “*nous sommes tous Américains*”. Uma empatia, neste último caso, passageira.

15 Note-se que a opinião pública (nacional ou internacional) de maneira nenhuma opera apenas como forma de *soft power*. Isso distingue-a claramente dos discursos de sub-humanização de que antes falei e que, esses sim, se restringem largamente a tal domínio. Pelo contrário, a opinião pública afecta directamente os sistemas políticos, designadamente os democráticos. Para além de ir consolidando um *demos*, uma eventual sociedade civil internacional, a opinião pública *activa* as coisas por intermédio de correias de transmissão mais directas e mais imediatamente eficazes: através de manifestações, interpelações, referendos e, em última instância, o sufrágio eleitoral. Apelando a formas de participação e acção política, actua mesmo no interior do sistema político.

O argumento dos que defendem que assistimos hoje em dia à cristalização de uma opinião pública internacional, de uma ou de outra maneira presume ser esse o caso. Ou seja, supõe-se (melhor, afirma-se) que novos referenciais comuns e múltiplos diálogos estão a ser estabelecidos, o que amplia o campo da luta política, alargando não só o rol dos que nela participam, mas ainda redesenhando os domínios em que essa contenda tem lugar. E insistem: as batalhas, todas elas, travam-se também, doravante, noutras arenas: as de uma opinião pública internacional agora sempre atenta.

Se esse for o caso, estaremos perante um movimento e uma pressão sistémica que puxam (ou empurram) numa direcção oposta ao da irredutibilidade comunicacional a que aludi na primeira parte deste texto. Uma pressão centrípeta, de par com a centrífuga. Será assim? E, se a resposta for sim, o que é que podemos daí concluir?

4.

Quero prosseguir ampliando imagens de modo a circunscrever um quadro em que caibam as minhas parcelas. Para começar com uma asserção categórica prévia: não acredito que esteja em curso no Mundo o que num qualquer sentido útil posamos apelidar de um *Clash of Civilizations*. Não me é árduo especificar em termos genéricos as razões do meu cepticismo. Tive a oportunidade de em pormenor o fundamentar, em dois artigos que publiquei no último par de anos¹⁶, e não queria ter de o repetir.

Um bom resumo da célebre tese de Samuel Huntington é de que se trata de uma teoria geral do alinhamento político dos Estados contemporâneos baseada numa suposta identificação cultural (ou “civilizacional”) entre eles. Numa frase: não me parece que as alinhamentos a que temos assistido desde o fim da bipolarização correspondam ao que a modelização huntingtoniana prevê¹⁷. Não quer isto todavia dizer que não convenha, a muitos, retratar em tais termos aquilo que está a acontecer no Mundo. Não tenho

16 Para uma discussão detalhada das minhas concordâncias e discordâncias quanto ao modelo de Samuel Huntington sobre o *Clash of Civilizations*, ver a leitura que fiz em Armando Marques Guedes (1999) e em Armando Marques Guedes (2000), ambos textos de comunicações que nesses anos apresentei no Instituto de Altos Estudos Militares, e nos dois casos pelo Instituto publicados.

17 Nem, aliás, creio que a nova ordem internacional emergente seja integralmente descritível em termos dos alinhamentos dos Estados que dela fazem parte. Um ponto que discuti no segundo dos artigos que sobre o “paradigma civilizacional” de S. Huntington publiquei, e que aqui retomo de outra perspectiva, diferente mas complementar.

quaisquer dúvidas de que seja esse o caso. O que creio é que rotular aquilo que se passou desde o 11 de Setembro do já distante 2001 e a reacção em curso como um “Choque de Civilizações” é (tem sido) um poderosíssimo utensílio propagandístico, uma espécie interessante de arma política de arremesso, manuseada e utilizada por uma das facções em refrega, interessada em mobilizar apoios externos. Uma arma que a outra facção tem naturalmente feito questão de neutralizar, de desmontar, de desconstruir, visto não lhe convir que o adversário generalize o conflito.

Por razões óbvias, nunca como neste momento foi tão imperativo opormo-nos ao modelo-paradigma do *Clash* e este parece-me um contexto tão bom como qualquer outro para o asseverar¹⁸. O Mundo, e nele a ordem internacional, vivem hoje momentos complicados. Repensar uma arquitectura já não é trabalho fácil. Fazê-lo sem projecto à vista, sem garantias da adequação do desenho àquilo que queremos representar, sem critérios estéticos consensuais, e sem que a tarefa tenha sequer sido adjudicada à melhor proposta, não é coisa que tranquilize seja quem for. Uma política de pequenos passos, de reajustes avulsos, só faz sentido no quadro de uma agenda precisa, que neste caso, efectivamente, não existe. Ninguém sabe, em boa verdade, onde tudo isto irá parar.

Raramente tal foi tão estrondosamente evidente como desde os dramáticos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e nas reviravoltas que se lhe têm seguido. A partir de então, tudo se tem vindo a precipitar em catadupa. A invasão do Iraque por uma coligação militar, liderada pelos Estados Unidos, mas sem o aval de um Conselho de Segurança que não soube encontrar a unidade necessária para dar um seguimento conclusivo (seja numa seja noutra direcção) a dezassete Resoluções que anteriormente sobre a questão tomara, foi o último acontecimento numa série que inclui uma fractura visível no seio de uma União Europeia que até aqui aparentemente concordara com discordar em surdina (uma gentileza que se perdeu) e, o que é de talvez pior agoiro, uma clivagem, na mesma linha de fraqueza estrutural, no interior de uma NATO que

18 O que não quer naturalmente dizer que muitos não construam a sua visão do Mundo como um todo constituído, precisamente, por esse tipo de entidades. Talvez os dois exemplos históricos mais claros disso sejam o “Ocidente” e o “Islão” (tal como, aliás, a “China”), agrupamentos que se imaginam como unos e coesos, e que muitas vezes se entredesfinem mutuamente. “Comunidades imaginadas” como estas emergem muitas vezes como forças activas nos palcos políticos. O que me parece é que estas noções são (pelo menos por enquanto) pouco mais que construções místico-religiosas exclusivistas idealizadas, por via de regra com pouca “eficácia” *directa* no mundo concreto. Alguns são os que tentam dar mais corpo a tais comunidades, sobretudo nesta época de globalização. É o que julgo ser o que se passa com o chamado “fundamentalismo islâmico” e, em específico, com Osama bin Laden.

acabara de entrar na meia-idade com um alargamento de tamanho e alçada que lhe (e nos) augurava um futuro risonho. Temos o privilégio dúbio de viver um momento-charneira, com toda a desorientação que isso implica. A impressão que por vezes tenho é a de que estamos todos na situação incómoda de ter de conviver numa casa comum planetária cheia de minas, armadilhas e bombas-relógio. Nada de muito agradável.

Depois deste rápido excursão prévio pelo “ecossistema”, gostaria, em guisa de etapa suplementar, de puxar alguns dos fios da meada. Com alguma frieza retrospectiva, talvez não seja demasiado arriscado formular hipóteses plausíveis relativamente às consequências, convergentes, de uma “*war against terrorism*” como aquela em que hoje em dia vivemos, e da reordenação das relações gerais de poder no Mundo que a superpotência remanescente, dolorosamente ferida, entende ser seu dever (interna como externamente) assegurar.

Uma destas linhas de força, porventura a mais interessante e a mais convincente de todas, é aquela que acabei de referir: diz respeito ao crescimento de uma opinião pública internacional (uma curiosa coligação de forças que se tem manifestado em frentes variadas, que vão da imprensa escrita às televisões, da CNN ao al-Jazira, à Internet); uma entidade que, alega-se, tem vindo a assentar arraiais nos novos espaços públicos disponibilizados pelos processos imparáveis da globalização. Uma opinião pública partilhada essa, note-se mais uma vez, que contrastaria de maneira radical com a recusa liminar de comunicação entre vários Estados e entre alguns destes e os agrupamentos terroristas.

A constituição desse movimento de opinião, a abertura desse espaço e as formas de participação política a que ele tem dado azo, têm vindo a ser encaradas como um processo de sedimentação acelerada de uma autêntica “sociedade civil internacional” enquanto, argumenta-se, um novo actor (e um de peso) nos palcos globais¹⁹. Um actor, assevera esta narrativa republicana e cosmopolita de forma triunfal, que mais tarde ou mais cedo irá mudar o Mundo. Estaremos perante uma força de McWorldização, que contraria o Jihadismo das outras expressões que abordei, essas constitutivas de um novo tipo de exclusão, que operaria pela construção de uma alteridade radical e intransponível do “Outro” tradicional? Parece-me ser este o enquadramento mais fértil para equacionar a

19 Para uma discussão recente sobre questões afins destas, ver Alejandro Colás (2002), que não só insiste na presença de uma “sociedade civil internacional” (de que faz uma definição *sui generis*), mas que a considera como genética de toda a ordem internacional pós-Westphaliana.

questão que enunciei: se for esse o caso, poder-se-á tentar assegurar que estas duas pressões, uma centrífuga e a outra centrípeta, se contrabalançam?²⁰

A questão da opinião pública pode ser encarada como um exemplo paradigmático disso. Talvez mais do que qualquer outra coisa, tem sido ela, ao oscilar, que nos tem induzido a ideia de que vivemos numa situação de um tipo particular de equilíbrio, que pode ser instável mas que é regular: uma espécie de oscilação em redor de um centro virtual, localizado algures entre um cosmopolitismo mais abrangente e um paroquialismo mais marginalizador, entre inclusividade e exclusão. Encontrar, neste caso, esse ponto estável de equilíbrio não é tarefa fácil. Requer um esforço que podemos melhor empreender seguindo, também nós, uma política de pequenos passos. Passos traçados a compasso e esquadro.

Em primeiro lugar, há que lograr pôr em evidência tanto as forças como as fraquezas dessa nova torrente de opinião, e sobretudo as principais características de fundo, das coordenadas do espaço público criado e em abertura, e da reputada “sociedade civil internacional”, ou “comunidade cívica global”, que sociologicamente os sustentaria a todos. Fazê-lo implica esmiuçar primeiro, e depois tipificar, os movimentos políticos a que essas fraquezas e forças dão corpo, e as modalidades de participação e de acção política que tais movimentações consubstanciam. Só assim se pode aventar hipóteses minimamente fundamentadas quanto à sua coesão e estabilidade e, por isso, quanto à permanência que podem esperar ter, quanto às suas probabilidades de perdurar²¹. Como só

20 Uma resposta possível é a de que talvez não. É admissível que uma delas leve a melhor sobre a outra e que a oscilação que parece estar em curso mostre ser apenas uma mera aparência. Tenho em todo o caso a convicção de que existe um ponto de equilíbrio estável entre, por um lado, a sub-humanização liminar, como dispositivo de exclusão intransponível e radical dos outros (com o conseqüente espaço a-normativo que ela produz) e, por outro lado, a igualmente excessiva e decerto também descabida (ou pelo menos prematura) unanimidade homogeneizante de posturas éticas e políticas que se querem universalmente partilhadas. Entre um extremo e outro ou, como gostam de dizer os anglo-saxónicos, “*between a rock and a hard place*”, há a meu ver que tentar traçar uma mediana menos insensata, mais credível e com mais pés para andar.

21 Os dados recentes não dão grande base de sustentação a alegações de que estaríamos perante movimentos de uma opinião que seria expressão de uma sociedade civil internacional e do seu espaço de opinião. Um atributo (ou propriedade se se preferir) da opinião pública internacional de que se tem vindo a falar, é a sua *esboroadibilidade*. Veja-se a reacção, ao nível desta opinião internacional, da aparente desaceleração na progressão da campanha da coligação no Iraque, o impacto das imagens dos prisioneiros norte-americanos capturados, o recuo perante o arrolamento de baixas militares aliadas e civis iraquianas. Segundo as sondagens levadas a cabo em diversos países, deu-se de imediato um refluxo sensível no já exíguo apoio à guerra. Foi no entanto uma questão apenas superficial: houve, de facto, uma mudança súbita e perceptível nas percepções quanto ao andar da invasão; mas foi uma alteração que não modificou de maneira significativa nem o apoio nem a oposição à acção liderada pelos norte-americanos. Não levou, fosse onde fosse, a quaisquer realinhamentos. Foi eficaz, *ma non troppo*. As viragens, ao que tudo indica, tocaram pouco de estrutural e nada de permanente.

deste modo podemos fundamentar as perspectivas que temos quanto à sua representatividade democrática. A esses níveis, como irei tentar demonstrar, aquilo que hoje se configura não é demasiado animador, mesmo para os observadores mais generosos e cosmopolitas.

Para o entrever, uma módica dose de realismo leva-nos longe. Basta focar os processos de gestação dessa nova suposta “torrente cívica”. Um bom ponto de partida são, senão os seus lugares de gestação, em todo o caso as bases de sustentação em que se apoiam. Ponhamos os pés no chão: importa saber dar o devido realce à capacidade dos Estados e de várias outras entidades, instituições transnacionalmente organizadas, mas não necessariamente representativas, em constranger e regular (e portanto em fazer inflectir em direcções que lhes convenham) esses tais movimentos “espontâneos” de opinião. Importa em todo o caso não exagerar não quer isto dizer, no entanto, que não esteja em fermentação um germe de opinião pública global. Trata-se de uma opinião atida às elites e dessas sobretudo às dos Estados ocidentais, sem dúvida, mas é uma entidade que está efectivamente a medrar; que o está e que tem vindo a ser reconhecida enquanto tal.

Num certo plano, é por isso decerto bem verdade que um dos ingredientes da nova ordem internacional em gestação é precisamente uma opinião pública internacional que se vai, ainda que lentamente e aos solavancos, cristalizando a olhos vistos. Mas (sem quaisquer julgamentos quanto ao conteúdo que ela teria tido, e que poderia ter sido semelhante) não foi efectivamente essa a torrente de opinião aquela que realmente se manifestou²². Ou pelo menos, fê-lo de uma forma muito influenciada por manipulações políticas instrumentais externas, provenientes de entidades dotadas de agendas próprias aplicadas de maneira sustida e coerente.

Um mínimo de atenção e o exercício de um esforço módico de destriça revela-o. Atentemos ao lugar de origem das posturas assumidas nas movimentações a que assisti-

22 O que, como irei argumentar, no mundo real e por trás dos simulacros, acarretou consequências. Para avançar já concretamente o sentido de algumas delas: face à interdependência complexa em que se vêem envolvidos e perante a publicitação a que a sua actuação política se vê hoje em dia sujeita, nem os Estados Unidos nem a França ou a Rússia (para só aludir a três exemplos) assumiram, de maneira frontal, os reais motivos que os animaram. Tal como os não assumiram os variados “movimentos civis” transnacionais. Todos utilizaram formas de *soft power*. Na ausência de representatividade democrática legitimamente conquistada, refugiaram-se na obliquidade, por via de regra recorrendo a discursos éticos e a invectivas moralizantes. É curiosa a verificação de que, em espaços política e juridicamente “pouco texturados” e pouco coesos, as formas de autoridade e poder que se emergem e instalam se aproximam claramente das lideranças e movimentações “carismáticas e tradicionais” tão típicas de níveis organizacionais ralos e pouco elaborados e sofisticados. Aquilo a que temos assistido no Mundo nos últimos meses tem redundado num espectáculo de nítido subdesenvolvimento político dos palcos supra e transnacionais.

mos nos *media*. Começamos pela intervenção de entidades estatais no decurso da chamada “crise do Iraque”. O papel enfaticamente pró-activo do Estado francês na criação e formatação de uma opinião pública interna e externa no decurso da corrente crise iraquiana, não augura aos movimentos de opinião pública mobilizados um grande futuro de independência e autonomia. Nem, aliás, o auguram o papel também activíssimo e muito obviamente intervencionista da Administração norte-americana de Bush (pese embora a menor destreza “diplomática” por ela revelada) e o voluntarismo do regime iraquiano de Saddam ou do britânico de Blair²³. Num como nos outros casos, a eficácia destas manipulações foi notável. Ao nível estatal, as interferências instrumentais foram grosseiras: uma infeliz “diplomacia de megafone”²⁴ tem reinado suprema.

Voltemo-nos agora brevemente para as entidades transnacionais não-estaduais que deram a cara e para o seu papel nessas movimentações. Começamos por notar que as tomadas de posição pública relativamente à invasão do Iraque abundaram, provenientes por exemplo da hierarquia da Igreja Católica e da larguíssima maioria das denominações Protestantes aos partidos políticos e aos diversos meios de comunicação. Na maior parte das vezes, opondo-se-lhe; umas vezes alegando um rol de motivos, outras vezes outros. Nalguns casos, apoiando-a, novamente por razões variáveis caso a caso. Houve mais. Diversos “movimentos cívicos” formaram-se na Internet, também eles fervorosos nas suas tomadas de posição. E também estes de uma grande variedade.

Viremo-nos agora para os métodos utilizados. Salvo raríssimas excepções, nenhuma das entidades que interveio tinha um qualquer mandato democrático; na sua enorme maioria, tratou-se de uma erupção de agrupamentos que, não conseguindo obter voz e apoios suficientes através dos meios democráticos legítimos, exploraram a oportunidade mediática para tentar adquirir poder e ensaiaram exercer influência pública segundo formatos mais directos de acção política. Outras, designadamente partidos políticos minoritários, utilizaram as possibilidades criadas para tentar fazer avançar as suas agendas de maneira oblíqua e para se destacar marcando publicamente algumas das diferenças específicas que ostentam como traços característicos. Quase todas pretenderam

23 As dificuldades com que, antes e depois da guerra, George Bush e Tony Blair depararam face a acusações, muitas vezes bem fundamentadas, de “exagero” e até “falsificação” de informações, levados a cabo para mobilizar as respectivas opiniões públicas, são disso exemplo paradigmático.

24 Como escreveu José Cutileiro (2003), num artigo recente de opinião, a França utilizou uma autêntica “diplomacia de megafone - falando na praça pública, para impressionar o povo, em vez de, à pureza, convencer a outra parte - e, em consequência, agravando deliberadamente a discordância que se diz querer diminuir”. Uma manipulação instrumental clara do “novo espaço público” por uma entidade estatal com capacidade, posição estrutural e *know-how* para o fazer.

falar “em nome da esmagadora maioria” dos cidadãos. Não deixa, no entanto, de ser evidente que foi conseguida assim uma inusitada coesão de uma “sociedade civil transnacional” emergente.

Que dizer de tudo isto? Começo por notar que, com efeito, uma opinião pública geograficamente muito dispersa foi mobilizável em redor de uma questão (ou de uma série delas). Nesse sentido, opiniões cívicas globais são um novo actor potencial das causas mundiais. Podemos ir mais longe. É fácil verificar que sejam quais forem as nossas preferências quanto a eventuais agendas e desfechos, em espaços comunicacionais incipientes como os que estão em causa nestes “movimentos de uma opinião pública global em formação”, só códigos de comunicação restritos e só referenciais muito simples (tanto em termos de “léxico” como de “sintaxe”) logram ver-se partilhados e por conseguinte conseguem estabelecer-se²⁵. Essa simplicidade e essas restrições viram-se potenciadas pela multiplicidade de origens, posturas e agendas dos grupos sociais mobilizados.

Os exemplos poderiam facilmente ser multiplicados. No entanto, o meu ponto é o seguinte: já que os vários Estados e diversos agrupamentos político-partidários, grupos económico-financeiros e outros religioso-confessionais (para só fazer alusão a dois de muitos casos paradigmáticos possíveis) não sofrem desse tipo de limitações a nível dos códigos utilizáveis, as vantagens *comunicacionais* que detêm são enormes. Operam como que por subsunção. As consequências não se fazem esperar. Com um mínimo de esforço, capturam para a sua esfera os discursos entretidos pelos agrupamentos “espontâneos” em formação: modelando-os, convertem-nos.

Não tenho quaisquer dúvidas de que estes processos estão em curso, e que de algum modo assim se vêem, de forma subreptícia e muito eficaz, minadas as possibilidades de uma mais rápida cristalização autónoma de autênticos novos e pujantes movimentos internacionais de opinião pública²⁶. Mas a hegemonia funcional destes

25 Será sem dúvida por isso mesmo que os movimentos e formas de participação que se têm vindo a instalar e que nos têm vindo a recrutar a todos, recorrem a formas organizacionais que redundam em simplificações drásticas e altamente formalizadas dos relacionamentos sociais e da interação do quotidiano: em lugar de manter diálogos segundo códigos de comunicação elaborados, como o fazemos no nosso dia a dia, fazem uso de palavras de ordem que encapsulam invectivas que, de um ponto de vista comunicacional (ou seja, “lexical” e “gramaticalmente”), são bastante pobres; os activistas desses movimentos gesticulam teatralmente e organizam marchas ritualizadas. Mostrando, é certo, presença activa e coordenação (virtudes “político-militares” que, no contexto, paga dividendos asseverar), mas manifestando também severas restrições no repertório que têm disponível.

26 Ou pelo menos retardada no tempo a sua emergência e eclosão no campo político-democrático legitimado e fortemente empobrecido o potencial conteúdo que poderiam ter. Longe de ser dada voz a expressões coe-

dispositivos implica mais do que isso. Diminuem em resultado quaisquer conotações políticas e político-ideológicas²⁷ que neles possamos pretender reconhecer²⁸. Como decresce, também, a sua eventual capacidade de, por meio de formas de “desobediência civil”, fazer frente aos poderes e interesses instituídos face aos quais (em muitas das suas circunstâncias de gestação) se começaram por formar.

rentes de uma visão do mundo partilhada, assistiu-se na maioria dos casos a coligações de oportunidade entre *lobbies* bem organizados, cada um dos quais representava interesses estreitos e muitas vezes pouco congruentes com os dos seus parceiros nessas coligações efémeras. Se bem que esse não tenha sempre sido o caso, muitas vezes as posturas políticas assumidas eram morais e bem-intencionadas, mas os mecanismos agressivos de afirmação política utilizados denunciavam tanto a ideia que tinham de estar a lutar contra um inimigo e não a favor de agendas positivas, mas também uma sua melhor caracterização enquanto formações políticas. A questão é particularmente gravosa em contextos de interdependências globais crescentes como os actuais, para os quais se torna urgente assegurar alguma “sindicância” democrática que encaminha uma sua maior e melhor regulamentação.

- 27 É verdade que, um pouco por todo o Mundo, a Esquerda “clássica” tem-se arrogado proprietária desses espaços como sendo seus, reivindicando por exemplo uma hegemonia no delinear da arquitectura política que os subtece, e alegando também serem sobretudo parcelas das suas próprias agendas as opiniões que se fazem ouvir. Noto que, historicamente, também a Direita “clássica” o fez (e o faz, ainda, designadamente nos Estados Unidos onde esta corrente política parece estar de vento em popa). Ambas as coisas seriam de esperar: invocações de um *droit de territoire* privilegiado são uma tática comum de ocupação pre-emptiva como hoje em dia se dirá. Mas nem é óbvio que uma consistente *moral majority* “direitista” ou que uma qualquer *fraternidade festiva* “esquerdista” em boa verdade detenham um qualquer controlo real, efectivo e actuante sobre essa nova entidade (infelizmente ainda tão rala e incipiente, ao contrário das encenações que se lhe substituem, essas cada vez mais sofisticadas) que é a opinião pública global que vai despontando.
- 28 Mais ainda, e retomando de outra perspectiva a questão da representatividade democrática destas formas de acção política, temos de saber distinguir entre esse novo basismo populista e a legitimidade (mesmo que tão-só residual) que ele decerto disponibiliza, e o seu efectivo potencial de transformação. Um potencial, reconheçamos, que não é nulo. A capacidade de um condicionamento dos processos políticos contemporâneos por forças menos “tradicionais” resulta claro para quem se detenha com um mínimo de atenção sobre o andar corrente da carruagem. Se nos pusermos acima da refrega política isso torna-se nítido. Um só exemplo: os partidários norte-americanos de uma postura isolacionista (uma atitude com pergaminhos velhos na curta mas densa história política do Novo Mundo), viram-se surpreendentemente forçados a tentar canalizar os seus esforços e a sua impetuosidade através das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança (e isso teve um preço alto, do ponto de vista da ambicionada defesa intransigente dos seus interesses nacionais “clássicos”). Os opositores de uma intervenção (com a França e a Rússia à cabeça) tentaram (em larga medida com sucesso, diga-se) que uma opinião pública internacional, cada vez mais atenta e coesa, encarasse os inspectores e as inspecções, cuja função sempre foi apenas a de *supervisionar o desarmamento voluntário* do Iraque sadamita, como se se tratasse de investigadores que tivessem sido encarregados da missão de *descobrir* processos de desenvolvimento de armas de destruição maciça e de lhes pôr cobro. Como escreveu, José Cutileiro num artigo notável intitulado “O fosso”, publicado no *Expresso*, na p. 24 do caderno 2, a 8 de Março de 2003, os franceses recorreram a uma “diplomacia de megafone: – falando na praça pública, para impressionar o povo, em vez de, à puridade, convencer a outra parte – e, em consequência, agravando deliberadamente a discordância que se diz querer diminuir”. É interessante ainda verificar, neste processo, a instrumentalização da figura do General de Gaulle: o mesmo de Gaulle que, note-se, apoiou imediatamente e incondicionalmente o Presidente John F. Kennedy e a Administração norte-americana durante a crise dos mísseis em Cuba, em 1962; nada disso tem impedido Jacques Chirac de se apresentar publicamente como estando a assumir uma postura “gaullista”: uma palavra de código para a versão francesa moderna do unilateralismo.

As implicações de tudo isto parecem-me iniludíveis. Sem embargo da coagulação, tão progressiva quão inevitável, de um espaço universalizante de opinião (que não tenho dúvida que está em gestação-sedimentação desde há muito e que os recentes acontecimentos avivaram), não é de excluir que em consequência (e pelo menos temporariamente), em vez dos novos espaços internacionais de opinião pública, aquilo que estamos a presenciar e em que vamos participar redunde, de facto e por um lado, na abertura de novas arenas para as manobras de agitação e propaganda dos Estados; nesse sentido, estaremos apenas a testemunhar os seus esforços renovados de recrutamento e mobilização no plano internacional. E parece-me de manter em mente que tal está por outro lado também a ocorrer de par com o *agitprop* e os esforços de mobilização de agrupamentos não-governamentais, infra-estaduais, tão variados quanto não representativos, quando estes entrevêem possibilidade de fazer ouvir a sua voz²⁹ e sentem a oportunidade de fazer avançar as suas agendas corporativas de mudança³⁰.

29 Logo em Novembro de 2001, dois escassos meses depois do 11 de Setembro, Fred Halliday (2001) afirmou que *"the third of the outcomes of 11 September [will be] the consolidation, to a degree latent but not present before that date, of a global coalition of anti-US sentiment. Just as US liberal writers have talked in the 1990's of the importance for US dominance of 'soft' power - in media, language, lifestyle, technology - so the opposition to US power is forming above all in this domain"*. Uma notável premonição do autor britânico. F. Halliday notou que, enquanto a tendência dos Estados foi a de *"bandwagoning"* atrás dos norte-americanos, muita da opinião pública internacional preferiu a resposta clássica de *"balancing of power"*. O meu argumento é que muitos Estados decidiram aliar-se a essa estratégia de equilíbrio de poder, mobilizando para isso sectores muito amplos de opiniões públicas nacionais e internacionais. Conquanto esta postura não ignore os novos papéis assumidos pelos movimentos transnacionais de opinião, relativiza-os: de actores internacionais de seu próprio mote, passam largamente a figurantes. Alguma cristalização de uma sociedade civil internacional, concluo, se tem verificado nos últimos tempos. Mas nada de muito profundo. Os defensores da primeira hipótese parecem-me ou padecer de *"wishfull thinking"* agudo, ou confundir eventuais avanços na sua própria coordenação de movimentos cívicos particulares e pobres em mandatos democráticos com a emergência concreta de uma efectiva, coesa e estável entidade cosmopolita.

30 É porém possível ir ainda mais longe. O que me parece mais interessante é o estreitamento em curso de formas múltiplas de concertação entre essas ONGs e os Estados, numa repartição corporativista de atribuições e competências e funções para que ninguém os elegeu, levadas a cabo sem qualquer forma de controlo democrático. Um desenvolvimento preocupante. Para uma discussão pormenorizada da emergência genérica deste muitíssimo pouco representativo (de um ponto de vista democrático) "corporativismo global" nos palcos internacionais contemporâneos, cujas consequências, dadas as desastrosas experiências históricas de fórmulas corporativas, são preocupantes, ver Marina Ottaway (2001). Como é óbvio, a presença activa destes agrupamentos nos palcos westphalianos clássicos é benvinda, "liberalizando" a ordem internacional. Mas, como insiste, M. Ottaway (op. cit.: 286), *"they can have the opposite effect, namely to give disproportionate influence to well-organized, tactically astute NGOs freely interpreting where the interests of silent populations lie"*. Para além do seu deficit democrático intrínseco, o corporativismo, enquanto sistema político, tem-se revelado incapaz de fazer frente a assimetrias empíricas de poder, muitas vezes potenciando-as. Regressarei a este ponto em termos mais genéricos.

Uma outra implicação é mais difusa e abrangente. Situações como estas exigem-nos que repensemos as nossas abordagens aos palcos emergentes da acção política transnacional. Até aqui, e salvo honrosas excepções³¹, a maioria dos analistas têm encarado os agrupamentos transnacionais que têm vindo a popular os palcos pós-bipolares e a crescer como veículos de uma nova e robusta sociedade civil internacional, como uma força liberal e democratizadora, à qual nos compete dar as boas-vindas pós-Westphalianas que se afirmam como a nova praxe. Apesar de ser larga medida correcta, talvez esta visão seja excessivamente optimista.

A emergência de mais e diferentes actores tem sem dúvida aberto novos canais de afirmação e acção políticas; mas as suas dinâmicas nem sempre tem sido consistentes com as expectativas daqueles observadores ou participantes que estão convencidos de que essa emergência e esse crescimento estarão a fomentar a instalação nos palcos transnacionais de uma sociedade civil internacional liberal e pautada por quadros normativos adequados. À medida que o peso, o volume e a intensidade do transnacionalismo pós-Westphaliano crescem, os analistas fariam bem em prestar atenção às relações concretas e materiais que se vão estabelecendo entre os novos actores emergentes e entre eles e os antigos³², e deixar de focar apenas as agendas nominais que aqueles pretendem defender.

31 Ver, por exemplo, um extenso e minucioso artigo recente de Alexander Cooley e de James Ron (2002), sobre os constrangimentos sistémicos homogeneizantes que têm vindo a actuar sobre e a constringer a actividade das ONGs internacionais humanitárias e de ajuda pública ao desenvolvimento. É neste contexto que me parece mais útil ponderar a leitura de Marina Ottaway (2001, *op. cit.*) sobre o “corporativismo global” emergente na ordem internacional contemporânea. Muitos têm sido os estudos que, nos últimos anos (quantas vezes tão-somente *en passant* e com uma ou outra motivação), se têm debruçado sobre os limites democráticos das ONGs e dos movimentos políticos transnacionais que tanto impacto parecem estar cada vez mais a ter na vida política internacional. Trabalhos destes são fundamentais como correctivo para a inocência política com que muitas vezes encaramos essas entidades “civis” que a doutrina liberal aprioristicamente tanto valoriza.

32 Para reiterar o que antes disse: penso aqui em questões tão óbvias como as relativas ao *deficit* de representatividade democrática desses agrupamentos, à “mercantilização” cada vez mais nítida que lhes é imposta pelo “ecossistema internacional” em que actuam (o chamado “isomorfismo institucional”), seja ao nível do “mercado de ideias” seja ao do mercado *tout court*, e à corporativização crescente em que se embrenham em palcos internacionais cuja juridificação e politização não param de se adensar. Uma vez estabelecidos, estes novos actores, seja qual for a sua natureza e novidade, são instituições como quaisquer outras: como tal adequam-se às regras sistémicas do jogo internacional; e sofrem deste, as mesmas pressões a que todas as suas congéneres estão sujeitas, nesses palcos rarificados.

5.

Talvez seja agora de voltar finalmente à minha questão inicial. Contra o pano de fundo da globalização, no plano da “*war against terrorism*” e, aí, no que diz respeito à dimensão discursiva, como é que então podemos caracterizar a conjuntura em que hoje vivemos? Seremos todos testemunhas de um processo de radicalização tal que possamos nele ler indícios de que se avizinham alterações estruturais profundas na ordenação de uma “coisa pública” mundial de que desde o século XX ninguém tem dúvidas (porventura com alguma precipitação) ter vindo para ficar³³? Por outras palavras, o que sugerem as práticas discursivas correntes quanto ao papel da guerra contra o terrorismo transnacional no que toca às reconfigurações em curso da ordem internacional?

Escusado será dizer que numerosas têm sido as sugestões, quantas vezes radicais e *self-serving*, que aventam respostas rápidas e fáceis para estas indagações. Não quereria aqui perder tempo com elas, já que por norma redundam em pouco mais do que hipóteses mal fundamentadas, ou em expressões puras e simples de agendas político-ideológicas que se aproveita para tentar fazer avançar³⁴. Prefiro começar a circunscrever questões da perspectiva que escolhi neste texto.

Deste ponto de vista, uma das principais conclusões a que chego é de carácter muito genérico e é óbvia: é a de que, longe de estarem progressiva mas rapidamente a esvaír-se numa globalização inexorável que estaria a dar corpo ao ideal liberal de um Mundo “dos indivíduos e dos povos”, sem fronteiras alfandegárias, económico-financeiras, político-religiosas, ou quaisquer outras, os Estados estão afinal de vento em popa. Os Estados têm vindo a receber sucessivos balões de oxigénio, dos quais o último

33 Ainda que, obliquamente, sob nomes como “sociedade internacional”, “sistema-Mundo”, ou “ordem internacional”. Ou, num léxico diplomático ainda mais radical porque vinculado a objectivos pacificadores, “a comunidade internacional”.

34 Não quero com isto significar ser de opinião que nenhuma tem mérito senão a minha. Penso aqui em posições tão diversas como as daqueles que, por legalismo (ou anti-americanismo) e sem olhar às evidentes alterações de circunstâncias supervenientes, exigem um cumprimento estrito das disposições do Direito Internacional, como das dos que persistem em afirmar uma total adequação das organizações internacionais como a ONU ou a NATO, ou ainda das daqueles *hawks* norte-americanos (como Richard Perle, Paul Wolfowitz, Irving Kristol ou Charles Krauthammer) para os quais a conjuntura de crise disponibiliza uma oportunidade de afirmar uma hegemonia dos EUA que passa pela subalternização de instituições e institutos (das organizações internacionais ao Direito Internacional, por exemplo) de que sempre desconfiaram. Tal como ignoro no que se segue posturas de conveniência (que exprimem pouco mais que versões nacionais de unilateralismo mais ou menos richelieuano) de vários líderes políticos, de Jacques Chirac a Megawati Sukarnoputri, passando por Vladimir Putin.

(e o mais potente, ainda que dos menos óbvios) parece ter sido a eclosão do terrorismo internacional. Encará-lo do ponto de vista de uma restauração da longevidade dos Estados fá-lo sobressair: porque com este novo fenómeno terrorista global, note-se, a ordem internacional não mudou tanto como *regrediu*, no que toca ao grau da sua integração cosmopolita.

É hoje trivial a observação, formulada logo após o 11 de Setembro, de que nesse dia (e desde então), ninguém se virou para a Microsoft a pedir ajuda ou a exigir apoios e reparações, nem para a Texaco, a BP ou a General Motors. Virámo-nos todos para os Estados. Ao reconhecê-los assim, demos-lhes força e alento: demo-los aos Estados Unidos como os demos à França e à Alemanha ou à Rússia. Demo-los aos Estados democráticos e aos não-democráticos. E eles usaram tanto um como a outra.

Nesse sentido o al-Qaeda (e o terrorismo transnacional enquanto projecto político-ideológico de reconfiguração da ordem internacional pela violência) falhou e acertou. Acertou, porque o binómio liberdade-segurança desequilibrou-se (pelo menos fê-lo temporariamente) na direcção da segunda e em detrimento da Democracia. Iremos decerto infelizmente senti-lo com cada vez mais intensidade. Falhou, no sentido em que, enquanto desafio organizado e sustido de uma ONG apostada em mudar o Mundo, fê-lo com ideologias, formas de participação política e um tipo de movimentos que só me ocorre caracterizar como híbridos, simultaneamente “pré-” e “pós-modernos”³⁵: os movimentos civis a que dão corpo parecem-me por isso radicalmente incapazes de sequer tocar, directamente, a ordem internacional instalada, quanto mais de a vir a verdadeira e radicalmente alterar...

Com algum recuo, não é difícil concluir que o falhanço era decerto inevitável: a veleidade dos que imaginavam conseguir vir a derrotar os potentados estatais que elegeram como inimigos principais não pode senão ser encarado, na melhor das hipóteses, como uma presunção megalómana (ou messiânica) de um descabimento ingénuo das ONGs terroristas³⁶. Um movimento entre o *Jihad* e o *McWorld*. A hipótese de que

35 Para uma discussão interessante, ainda que pela rama, ver Lee Harris (2002). Para duas leituras mais favoráveis da “pós-modernidade”, ver B. Said (1997) e Mahmood Mamdani (2002). Os movimentos terroristas transnacionais como o al-Qaeda são com efeito curiosos deste ponto de vista. Para parafrasear o balanço que Sir Winston Churchill fez do Nazismo: trata-se de um movimento que conseguiu juntar “*the latest refinements of science [with] the cruelties of the Stone Age*”. O que os coloca, paradoxalmente, a um passo de uma eventual separação entre fé e razão, o caminho de um movimento como foi o da “Reforma” cristã ou o da “Haskallah” judaica.

36 Neste sentido, o terrorismo transnacional não é mais do que um mero expediente tático, um levantamento de rua que tem tido lugar numa “aldeia global” pouco homogénea e pouco consensual.

estes movimentos pudessem de algum modo vir a abrir um espaço próprio autónomo, uma espécie de pequena ordem internacional paralela só para eles, nem que fosse uma pequena frincha, redundaria na criação de um *apartheid* absurdo, impensável num Mundo que, quer se queira quer não, e decerto com inúmeros avanços e recuos, em termos sistémicos é cada vez mais multicultural, menos exclusionário, e que por isso se pretende mais abrangente.

Um meu ponto mais geral resulta de tudo isto e é o seguinte: a crise recente do Iraque, tal como aliás todos os processos de tomada de consciência internacional desencadeados depois do 11 de Setembro, são acontecimentos que nos oferecem a oportunidade vantajosa de pôr a nu as enormes insuficiências estruturais da ordem internacional pós-bipolar. Como todos os conflitos, forçam-nos a pôr os pés no chão. A lucidez lograda impele-nos a aceitar a evidência de que a organização e a regulamentação são de facto realidades ainda exíguas a nível supra-estadual. É com efeito gritantemente pobre a estruturação existente nesses palcos semi-anárquicos, populados (numa co-habitação muitas vezes truculenta) por Estados e organizações inter e transnacionais, por entidades não-estatais que vão de empresas multinacionais a ONGs de todo o tipo (incluindo al-Qaeda) a agrupamentos políticos ou religiosos transversais e aos seus clones.

Nestas condições institucionais específicas, as pressões exercidas nos palcos transnacionais pelo sistema internacional nem sempre são as programadas e muitas vezes são até “disfuncionais”. Nem o Direito Internacional que temos nem as nossas organizações internacionais que vamos criando, sobreviverão sem urgentes reconfigurações de fundo. No último decénio, os estudiosos ocuparam-se e preocuparam-se com o estabelecimento de novos actores pós-Westphalianos e com a sua importância para as dinâmicas políticas globais. Chegou o momento de um corte epistemológico, como Thomas Kuhn lhe chamaria. Há agora que virar a nossa atenção para as pressões sistémicas da “terceira imagem” que reformatam e reconfiguram as suas acções. Só assim podemos esperar saber como melhor agir no esforço ainda tão inacabado de “domesticar” a anarquia hobbesiana em que vivemos.

A solução talvez seja a transformação da ordem em que vivemos para uma nova ordem internacional³⁷ mais assumidamente pluralista. Uma nova ordem em que um Direito

37 Em resposta ao 11 de Setembro, e designadamente à “*coalition against terrorism*” de George W. Bush, Amitai Etzioni (2002, op. cit.: 23 ss) sugeriu várias hipotéticas “linhas de fuga” alternativas (de plausibilidade variável), que poderíamos ver concretizadas num futuro “*measured in generations rather than years*”: (i) o esta-

Internacional mais adaptado aos discursos e às formas de poder do contemporâneo seja um verdadeiro instrumento de comunicação-negociação dos intervenientes num Mundo multicultural³⁸, e em que as organizações internacionais se afirmem enquanto outros tantos *fora* realmente adequados para essa interlocução alargada. Uma ordem que dê corpo a uma sociedade internacional ainda mais orgânica nas suas interdependências, nos seus consensos partilhados, nos seus procedimentos e enquadramentos convencionais que tão lenta, mas tão seguramente, nos têm vindo a fornecer condições instrumentais na ausência, todavia, de quaisquer ideias e valores comuns, e ainda menos de uma hipotética perspetivação moral uniforme.

Um objectivo meritório, é certo, mas hoje mais longínquo do que ontem. Há que ter a coragem de assumir a progressão dessa sociedade como morosa e difícil, sem que isso nos desmobilize a força da convicção que nos norteia ao continuarmos a nos esforçar em construí-la.

Bibliografia

Barber, Benjamin (1996), *Jihad vs. McWorld. How globalism and tribalism are reshaping the world*, Ballantine Books, New York.

Cooley, Alexander e Ron, James (2002), "The NGO Scramble. Organizational insecurity and the political economy of transnational action", *International Security* 27 (1): 5-39.

belecimento de uma nova ordem internacional baseada numa vintena de "regional communities", agrupadas em seis "supraregional ones", "crowned by a global government and civil society"; (ii) a criação, "through a legislative feat" e por intermédio de uma Assembleia Constituinte, de um Estado global; (iii) de acordo com uma estratégia mais gradualista, a formação de um "expanded semi-empire", porventura como uma "outgrowth of the [America-led] anti-terrorist coalition". Especulações como esta, pecam inevitavelmente por alguma arbitrariedade. No entanto importa sublinhar que, tal como foi o caso com a Paz de Westphalia, a Sociedade das Nações ou as Nações Unidas, ou a União Europeia, a criação de entidades supranacionais ou intergovernamentais envolve sempre um acto de deliberação e vontade política.

- 38 Uma leitura que não é nova, não muito distante, aliás, da perspectiva da escola britânica (a dos discípulos de Hedley Bull) de Relações Internacionais sobre os traços característicos do Direito Internacional e das organizações internacionais. Curiosa, mas não inesperadamente, uma posição "racionalista" (ou grociana) hoje em dia apoiada por muitos construtivistas. Como por exemplo escreveu Thomas Risse (2000: 15), "some issue areas in world politics, such as trade, human rights, or the environment, are heavily regulated by international regimes and organizations. A high degree of international institutionalization might then provide a common lifeworld. International institutions create a normative framework structuring interaction in a given issue-area. They often serve as arenas in which international policy deliberation can take place".

Cronin, Audrey K. (2003), "Behind the curve. Globalization and international terrorism", *International Security* 27 (3): 30-58.

Cutileiro, José (2003), "O fosso", *O Expresso*, 8 de Março, caderno 2: 24, Lisboa.

Etzioni, Amitai (2002), "Implications of the American anti-terror coalition for global architectures", *European Journal of Political Theory* 1 (1): 9-30.

Halliday, Fred (2001), "Aftershocks that will eventually shake us all", *The Observer*, November 25, 2001.

Harris, Lee (2002), "Al-Qaeda's fantasy ideology", *Policy Review* 114: 1-13, The Hoover Institution.

Huntington, Samuel (1993), "The Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs* 72(3): 1-25, New York.

_____ (1996), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Simon and Schuster, New York.

Kurtz, Stanley (2002), "The future of 'History'", *Policy Review* 114, the Hoover Institution.

Leach, Edmund (1977), *Custom, Law and Terrorist Violence*, Edinburgh University Press.

Lewis, Bernard (1993), *Islam and the West*, Oxford University Press.

_____ (2001), *What went wrong? Western impact and Middle Eastern response*, Oxford University Press.

Mamdani, Mahmood (2002), "A political perspective on contemporary terrorism", *Ethnicities* 2 (2): 146-149.

Marques Guedes, Armando (1999), "As religiões e o choque civilizacional", em *Religiões, Segurança e Defesa*: 151-179, Instituto de Altos Estudos Militares, Atena, Lisboa.

_____ (2000), "As guerras culturais, a soberania e a globalização", *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, 51: 165-162, Lisboa.

Nye, Joseph S. (1992, original 1990), "O Mundo pós-Guerra Fria: uma nova ordem no Mundo?", *Política Internacional* 5(1): 79-97, Lisboa.

Ottaway, Marina (2001), "Corporatism goes global: international organizations, nongovernmental organization networks, and transnational business", *Global Governance* 7 (3): 265-293.

Paul, T. V. (1999), "Great equalizers or agents of chaos? Weapons of mass destruction and the emerging international order", em (eds.) T. V. Paul e J. Hall, *International Order and the Future of World Politics*: 373-393, Cambridge University Press.

Rasmussen, Mikkel Vedby (2002), "'A parallel globalization of terror': 9-11, security and globalization", *Cooperation and Conflict. Journal of the Nordic International Studies Association* 37 (3): 323-349.

Risse, Thomas (2000), "'Let's argue!': communicative action in world politics", *International Organization* 54 (1): 1-39.

Subirats, Joan (2003), "Iraq and the global space", *El Pais*, 11 de Março.

Vinocur, John (2001), "Taboos are put to test in West's view of Islam", *Herald Tribune*, 1 e 9.

Zakaria, Fareed (2003), "The arrogant empire", *Newsweek*, 24 de Março, 2003.